

CONHECIMENTO OBJETIVO EM MARK BEVIR

Gustavo Freitas Pereira

Universidade de São Paulo

Resumo: As reflexões de Mark Bevir sobre o método em História das Idéias têm se destacado. Seu trabalho parece absorver boa parte das diretrizes fundamentais propostas por Quentin Skinner e John Pocock, muito embora proponha modificações. Por outro lado, este autor não desconsidera a contribuição de autores como Hans-Georg Gadamer e Michel Foucault, aproximando-se em um primeiro momento, afastando-se deles mais tarde. Um exemplo desta característica é a abordagem de Bevir sobre o problema da objetividade histórica. Bevir compartilha inicialmente quanto ao ceticismo de Foucault e Gadamer com relação ao empirismo e ao positivismo, mas oferece uma solução que busca atenuar ou até mesmo dissolver posturas compreendidas como irracionistas ou relativistas. Reconstruímos a argumentação de Bevir apresentando suas linhas gerais. Em seguida, propomos algumas críticas a estas idéias, defendendo que a justificativa epistemológica de Bevir para o conhecimento histórico pode não ser consistente ou suficiente.

Palavras-Chave: Mark Bevir. História das ideias. Conhecimento Objetivo.

ABSTRACT: Mark Bevir's ideas about the method in the History of Ideas have been getting attention recently. His work seems to absorb a good deal of Quentin Skinner's and John Pocock's methodological guidelines, although his proposals differ considerably. In the other hand, this author does not ignore the contribution of important continental intellectuals as Hans-Georg Gadamer and Michel Foucault, sharing initially some proximity in some aspects, stepping aside from them later. As an instance, Bevir shares Foucault's and Gadamer skepticism about empiricism and positivism, but he seems to offer a different solution to the problem of objectivity trying even to dissolve skeptical doubts. The goal here is to present generally his argumentation about historical objective knowledge. After this, I do try to propose some criticism about his solution to the problem, arguing that his epistemological justification for historical knowledge is neither consistent nor sufficient.

Key-Words: Mark Bevir - História das Idéias - Conhecimento Objetivo.

O problema do conhecimento objetivo representa um dos principais temas da tradição intelectual do ocidente. Tenha sido por meio das discussões orientadas pelas preocupações relacionadas às ciências físicas, ou pelas inquietações presentes nas reflexões metodológicas acerca das humanidades, a busca por conhecimento objetivo e verdadeiro se nos afigura como uma questão a que intelectuais dos mais diversos domínios se dedicam a compreender e instaurar ordem cognitiva. Das contribuições mais recentes, nesta direção, podemos destacar os argumentos do historiador das idéias Mark Bevir. Embora Bevir esteja decididamente mais próximo das diretrizes metodológicas inglesas, este autor incorpora em seu pensamento, mesmo que apenas momentaneamente, a contribuição de intelectuais importantes como Michel Foucault e Jacques Derrida.

Uma das instâncias em que Bevir se aproxima do ceticismo de Gadamer, Foucault e Derrida, para mais tarde se afastar, é quando o autor aborda a questão do conhecimento objetivo. Para Bevir, estes pensadores estão certos quanto à crítica ao empirismo. É compartilhado com estes autores continentais o veto ao acesso direto ao passado.

A estratégia argumentativa de Bevir contra o empirismo ingênuo leva em conta o fato de que estados de percepções ou sensações puras não podem contar como critério válido para justificativa epistemológica dos relatos históricos porque estes estados simplesmente não existem. As percepções acerca do mundo exterior são impregnadas por teorias, antes mesmo de existirem. Categorias abstratas prévias tornam possíveis as percepções e sensações, sem estas categorias, defende Bevir, nos deparamos com seres capazes de obterem dados sensoriais, porém fundamentalmente desorientados. Sobre a relevância da teoria para as percepções, Bevir sugere:

A natureza da percepção depende de quem percebe. Uma sensação, objeto de uma percepção ou uma experiência somente torna-se possível quando nossa inteligência a identifica como uma sensação particular distinta e relacionada a outras sensações. Somos conscientes de uma sensação somente quando atentamos para ela, e quando o fazemos, a identificamos como um tipo particular de sensação usando categorias abstratas. Portanto, percepções sempre incorporam conhecimento teórico.¹

1 BEVIR, M. Objectivity in History. *History and Theory*, Vol. 33, No. 3 (Oct., 1994), p. 330.

Bevir descarta teorias verificacionistas e falsificacionistas porque elas dependem, em última instância, de elementos derivados de percepções.² Além de ignorar o elemento teórico constitutivo das percepções, teorias dessa natureza estariam sujeitas, ainda, ao problema da indução, prescrito por Hume no século XVIII.

Uma maneira razoável de colocar em poucas palavras o problema da indução, tradicionalmente chamado de problema de Hume, talvez, seja buscar o amparo de Bertrand Russell, em *The Problems of Philosophy*. Basicamente, a pergunta capaz de traduzir o problema diagnosticado por Hume nos raciocínios indutivos é: que garantia racional ou justificativa lógica podemos apresentar para nossos juízos causais, mesmo os mais triviais? Por exemplo, como podemos justificar a crença que temos, e assim ocorre porque a experiência incansavelmente demonstra, que o sol nascerá amanhã? Ou ainda, como justificar filosoficamente a simples crença de que o pão nutre ou de que a água sufoca?

O que Hume foi capaz de antecipar é que responder a esta questão, ou melhor, suprir a demanda de uma premissa menor mediando a passagem da premissa maior para a conclusão nos raciocínios indutivos é tarefa muito complexa. O resumo de Russell sobre o problema humeano da indução pode ser colocado da seguinte maneira:

Os princípios gerais da ciência, tais como a crença no reino das leis, e a crença de que todo evento possui uma causa, são tão dependentes do princípio da indução quanto as crenças da vida comum. Acredita-se nestes princípios gerais porque a espécie humana tem encontrado inúmeras instâncias que atestam a verdade destas ocorrências e nenhuma instância que indicasse falsidade. Mas isto não oferece evidência alguma para a verdade futura destes eventos, a não ser que seja evocado o princípio da indução.³

O problema parece demasiado simples para fazer sentido, mas o significado filosófico

² É importante salientar que Bevir aponta Popper como um empirista lógico e não como um positivista lógico (2008, p. 118). Contudo, o autor assume também que há um elemento em comum aproximando o falsificacionismo popperiano e o verificacionismo do positivismo lógico: “Não precisamos preocupar-nos muito com as diferenças entre verificacionistas e falsificacionistas, diferenças que derivam de suas respectivas posturas com relação ao problema humeano. O que nos importa é algo que eles têm em comum. Tanto os verificacionistas como os falsificacionistas fundam o conhecimento objetivo em confrontações com fatos dados” (2008, p. 119).

³ *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997, p. 69.

dele reside no fato de que ainda no século XXI não se tem uma linha de raciocínio que possa ser apresentada como uma solução para o problema da indução. Daí a prudência de Mark Bevir em, considerando o problema de Hume, oferecer um relato do conhecimento objetivo que não dependa de observações ou de raciocínios indutivos derivados dos dados dos sentidos.

Após o descarte do empirismo por parte de Bevir, surge a questão: uma vez não sendo as percepções critério suficientemente forte para a possibilidade de conhecimento histórico objetivo, o que teríamos como alternativa? A proposta de Bevir é substituir os dados sensoriais puros dos empiristas pela comparação racional entre os relatos históricos como caminho seguro para o conhecimento verdadeiro e objetivo. É neste momento que o autor se afasta do irracionalismo de Foucault e Derrida⁴. A ambição de Bevir é a de apresentar as bases seguras para o conhecimento objetivo explicitando o que acredita ser a lógica do processo racional de comparação entre teorias.

A comparação entre relatos rivais, Bevir assume, é algo que pode ser interpretado como uma face do comportamento humano, a objetividade é um elemento que depende da atividade de comparar, mas é também componente orientador desta atividade. Recorrendo diretamente ao texto de Bevir, destacamos:

Aqui, a objetividade representa uma orientação particular para a experiência, um produto de alguns tipos de atividade humana. A objetividade depende da habilidade de realizarmos comparações entre teorias rivais, onde comparar significa uma atividade humana. Portanto, nosso relato sobre o conhecimento justificado não acaba em uma história crescente de informação, ou teorias, ou certezas putativas, mas com uma descrição de uma atitude particular ou interpretação acerca de tais informações, ou teorias, ou certezas. Nossa epistemologia deve ser antropocêntrica.⁵

Seguindo o raciocínio de Bevir temos os seguintes pontos: a) não podemos adotar estados puros de percepção como critério de justificação para o conhecimento histórico; b) nem por isso devemos abandonar a busca por tal justificação e apresenta-se a comparação,

4 BEVIR, M. Objectivity in History. *History and Theory*, Vol. 33, No. 3 (Oct., 1994), p. 329.

5 Op. Cit., pp. 332-3.

atividade racional e comportamental humana, como critério mais apropriado; e c) a objetividade e comportamento comparativo são elementos mutuamente dependentes.

A chave, portanto, para a interpretação do argumento de Bevir é a compreensão do que o autor entende por comparação e como a objetividade se relaciona com esta atividade.

O ato de comparação, para Bevir, está intimamente associado à ideia de fato. Segundo este autor, só é possível que existam comparações se existirem fatos dos quais os envolvidos em comparações de teorias rivais não possam discordar. A noção de fato é para Mark Bevir o limite cognitivo e também o ponto de partida para o movimento comparativo entre redes de crenças e teorias rivais.

O que é um fato no relato de Bevir? Expusemos acima que Bevir se afasta de teorias do conhecimento de viés positivista ou empírico. Seu objetivo é o de apresentar um relato acerca do conhecimento objetivo que não dependa de observações puras. A teoria inunda originalmente observações e, assim, qualquer possibilidade de justificativa epistemológica forte deve levar em conta esta característica. Entretanto, o fato de que as categorias abstratas formem percepções não representa um obstáculo intransponível. Ainda é possível aceitar a existência de fatos para os quais não lhes caibam dúvidas. O próprio estabelecimento destes fatos depende da tarefa de classificar objetos comparativamente. Nas palavras de Bevir:

Um fato é uma proposição que membros de uma comunidade aceitam como verdadeira. Fatos são tipicamente observações que engendram categorias com base no reconhecimento de semelhanças e diferenças entre casos particulares. Mas nem toda observação que engendra categorias contam como fatos. Por exemplo, se dois mochileiros percebem de relance um animal que acreditam ser um lobo, podem dizer que viram um lobo, mas não ir tão longe a ponto de dizer que é fato que viram um lobo: a incerteza deles quanto à classificação poderia os deter. Observações engendrando categorias contam como fatos somente se forem exemplares, isto é, se não podemos razoavelmente esperar melhor oportunidade para julgar a correção de nossas classificações.⁶

Ao estabelecer um fato, segundo Bevir, o historiador pratica um exercício de classificação reconhecendo semelhanças e diferenças com relação a outras instâncias

⁶ Op. Cit., pp. 333-4

particulares. Uma observação exemplar, portanto, um fato, é o resultado preciso desta taxonomia. Bevir assume que historiadores possuem seus pontos de partida e seus limites nestas observações exemplares. Mas se interpretações, ou categorias abstratas, compõem as observações exemplares como apaziguar diferenças interpretativas no que diz respeito a divergências no estabelecimento dos fatos? Quando um historiador propõe uma observação exemplar ele estabelece também uma relação entre o fato que sugere e outros que compõem o contexto a que se dedica. As críticas com relação a sua teoria devem ter por pano de fundo a relação entre o fato e o contexto mais amplo, nunca o fato isoladamente. “Os críticos de uma teoria”, defende Bevir, “podem apontar fatos não considerados pelos proponentes, e demandar que a teoria explique estes fatos”.⁷

Ao comparar teorias rivais, historiadores estão de acordo em alguns pontos isentos de dúvida. Quando engajados ao debate, historiadores dão vazão a uma prática, a um comportamento humano e é o exercício desta atividade que dá origem a objetividade. Desta prática, segundo Bevir, emerge a objetividade e para compreendê-la é preciso se aproximar da noção de honestidade intelectual.

A honestidade intelectual consiste de um conjunto de regras que torna possível a atividade dos historiadores. Estas regras estabelecem e delimitam o terreno possível para uma disputa entre teorias por parte dos historiadores. Elas, as regras, não são puramente arbitrárias, tampouco são totalmente independentes de quem participa das atividades normais da história. Seus valores, diferente disto, são reconhecidos pelos praticantes por que são razoáveis. Nas palavras de Bevir:

Quando historiadores debatem sobre os méritos de teorias rivais eles se envolvem numa prática humana que possui certo número de regras definindo os padrões de honestidade intelectual. Estas regras de debate não são decisivas e nem independentes de nós; tampouco nos compelem a abandonar nossas interpretações em situações específicas, nem nos forçam a compactuar com suas estruturas mais vagas. Mais do que isso, elas representam um padrão normativo que exerce o controle de nossos comportamentos porque reconhecemos sua sensatez (*reasonableness*). Portanto, a objetividade é

⁷ Op. Cit., p. 334.

principalmente um produto de nossa honestidade intelectual ao lidar com as críticas, quando contrastamos crença objetiva com crença influenciada, reconhecemos a honestidade como um padrão normativo surgindo em uma prática humana.⁸

A linguagem de Bevir aponta para a objetividade como um resultado do comportamento ou da atividade intelectual, mas ela pode ser interpretada, antes, como condição de possibilidade. A honestidade intelectual, para Bevir, é o reconhecimento por parte do historiador de que a objetividade é a meta cognitiva a ser atingida. Sem este reconhecimento, o debate é obstruído. A arbitrariedade, ao invés de possibilitar o debate e a disputa entre relatos rivais, cede espaço ao solilóquio ou à esquizofrenia intelectual de redes de crenças de teor apenas individual e pessoal. Reconhecer o padrão estabelecido pela honestidade intelectual é, neste caso, fomentar o debate entre proponentes de teorias e seus críticos.

O esforço de um historiador ao apresentar um relato só faria sentido e poderia contribuir de alguma maneira ao domínio investigativo a que se dedica se, de maneira honesta reconhecesse o valor das críticas que possam me ser feitas; faria sentido se reconhecesse que seus colegas tentam compreender suas idéias, de alguma maneira discordam e tentam aprimorá-las; honestidade intelectual, aqui, pode assinalar (por que não?) a possibilidade do pesquisador estar errado. Fora deste cenário, se o relato engendra linguagem intencionalmente obscura⁹; se este historiador elabora estratégias procurando vencer ou impressionar seus colegas pelo cansaço; e, pior ainda, se não aceita aprender com seus erros, não contribui para nada além de seu auto-engano. Lidar honestamente com as críticas, segundo Bevir, é caminhar para o conhecimento histórico objetivo.

Assim, temos a honestidade intelectual não como um conjunto de regras capazes de assegurar a etiqueta e a elegância nos estudos históricos, mas como regras de valor epistêmico. Resumindo esquematicamente os pontos constituintes do que Mark Bevir chama de honestidade intelectual temos: a) vontade de lidar com as críticas de maneira séria; b) o

⁸ Op. Cit., p. 335.

⁹ Neste sentido, Allan Sokal oferece uma reflexão interessante em *A Fashionable Nonsense. Postmodern Intellectual's Abuse of Science*. New York: Picador, 1998.

comportamento objetivo implica em preferência por padrões estabelecidos, quando desafios são feitos a estes padrões eles mesmos devem ser impessoais e exibirem critérios consistentes de evidência e razão; e c) o comportamento objetivo implica em preferir teorias que exibam novas hipóteses ao invés de teorias simplesmente blindadas contra as críticas.

É visível a tentativa do autor em atenuar o abismo entre as virtudes dianoéticas e as virtudes éticas. No texto de Bevir as virtudes éticas do intelectual alimentam suas habilidades enquanto leitor, escritor ou narrador. As três regras resumidas acima implicam na aceitação de que a atividade historiográfica é uma atividade coletiva. Ao assumirmos que nos dedicamos a uma atividade construída coletivamente, devemos compartilhar as linguagens disponíveis nos fazendo entender e buscando compreender os argumentos de quem nos critica. Usando os termos de Wittgenstein, somos membros de uma comunidade de falantes e tentamos aprender as linguagens da história, mesmo que por vezes tenhamos que tentar incluir novos termos e novas regras de sua gramática conceptual¹⁰. É desta maneira que Bevir avalia a relevância da honestidade intelectual em sua epistemologia:

Nossos padrões de pensamento requerem que sejamos inteligíveis e coerentes. Uma rede consistente de interpretações é a que sobrevive sem contradizer a lógica. Segundo, porque devemos preferir teorias especulativas positivas àquelas que bloqueiam meramente as críticas, preferiremos redes interpretativas progressivas, frutíferas, e abertas. Nossas teorias especulativas são positivas na medida em que inspiram novas linhas de pesquisa, ou sugerem novas predições.¹¹

Enquanto historiador das idéias, Bevir prescreve o aprendizado da linguagem do ofício do historiador como uma condição de possibilidade para o exercício investigativo. O aprendiz que inicia suas pesquisas deve ter em mente que este é o aprendizado de uma linguagem. Ela possui uma lógica e as relações entre os conceitos desta linguagem constituem uma gramática cuja compreensão não é apenas acessória ou representante de erudição supérflua, ela é necessária para que ele compreenda os problemas e seja também compreendido. Neste caso,

¹⁰ “Gramática de nossos conceitos” é a expressão utilizada pelo próprio Bevir na Introdução de *A Lógica da História das Idéias*. Bauru: Edusc, 2008, pp. 31-3.

¹¹ BEVIR, M. Objectivity in History. *History and Theory*, Vol. 33, No. 3 (Oct., 1994), p. 336.

Bevir assume que o historiador é um membro de uma comunidade que procura inexoravelmente, através das linguagens de suas atividades, o conhecimento objetivo.

Em outras palavras, o objetivo de Mark Bevir, tanto no artigo a que viemos utilizando para esta discussão quanto no recentemente publicado no Brasil *A lógica da história das ideias*, é apresentar um relato epistemológico naturalista que garanta a objetividade dos estudos históricos. Quando o autor fala em comportamento comparativo ou comportamento objetivo, ele está assumindo a atividade de pesquisa como uma manifestação de comportamento natural humano. Assim como exibimos respostas naturais de sobrevivência, de caça, de defesa, e tudo o mais na natureza que possa provocar este tipo de reflexo, ao investigarmos e compararmos teorias rivais estamos manifestando naturalmente comportamento de pesquisa, tão natural quanto aqueles citados logo acima.

Sendo assim, Bevir acredita que a maneira com que naturalmente nos orientamos no mundo, assegurando a sobrevivência individual e coletiva perante as perturbações de toda sorte que o mundo incessantemente nos apresenta, é a maneira com que orientamos nossas pesquisas e as comparações entre elas. Tal é o exemplo em ambos os textos, o artigo de 1994 e a tradução para o português de 2008:

Imaginemos João operando um trenó puxado por cachorros no Círculo Ártico, mas sem perceber diferença alguma entre cachorros e lobos. Há muito tempo ele está correndo um sério perigo. Imaginemos agora que todos os seres humanos tenham percepções tão pouco confiáveis como as de João. A humanidade como um todo há muito tempo estaria correndo um sério perigo. Assim nossa própria existência mostra que nossas percepções devem ser absolutamente confiáveis. Demais disso, como podemos confiar no conteúdo geral das nossas percepções, temos boa razão para supor que os fatos sobre os quais concordamos serão geralmente verdadeiros, o conhecimento baseado em uma comparação de teorias à luz desses fatos é seguro.¹²

A natureza é, para Bevir, o limite da discussão sobre a objetividade do conhecimento histórico. É neste sentido que o autor pretende uma epistemologia antropocêntrica (talvez antropológica) para a História das Ideias. De fato, Bevir assume que sua visão se assemelha

12 *A Lógica da História das Idéias*. Bauru: Edusc, 2008, p. 142.

em muito às epistemologias naturalizadas, como as de Quine, ou às teorias pragmáticas.¹³ Contudo, Bevir tenta preservar a distinção de sua proposta epistemológica para com as abordagens pragmáticas e evolucionárias.

Distinção e problemas

A principal diferença a que Bevir tenta realçar, no que diz respeito às teorias pragmáticas, é que sua epistemologia antropológica representa uma teoria normativa. O autor pretende que uma vez assumindo-se a meta do conhecimento verdadeiro e objetivo, não se pode adotar uma postura diferente desta defendida por ele, qual seja, a de comparação racional entre teorias rivais por meio da identificação dos fatos e honestidade intelectual. Bevir assume, portanto, a ambição de apresentar o caminho para o conhecimento objetivo. Posturas pragmáticas, como as do norte americano Charles S. Pierce, lembrado pelo próprio Bevir, não são tão ambiciosas:

As epistemologias pragmáticas equiparam o conhecimento justificado ao conceito pragmático de verdade, entendida como uma explicação psicológica ou sociológica das crenças que de fato funcionam melhor para as pessoas. Já a epistemologia antropológica oferece uma análise normativa do conhecimento justificado. Ela diz que as pessoas devem justificar suas pretensões ao conhecimento, à luz dos nossos critérios de comparação, porque nossas teorias indicam que esses critérios fornecem os meios de abordar a verdade.¹⁴

A epistemologia antropológica de Mark Bevir é mais ambiciosa do que as teorias pragmáticas. Ela prescreve a necessidade de justificar o conhecimento histórico à luz dos princípios que identificam a atividade de pesquisa como uma instância do comportamento natural de orientação no mundo. Há um passo além em Bevir, a tentativa de apresentar uma implicação lógica entre objetividade e verdade, não se limitando a um relato sociológico ou psicológico acerca da verdade.

13 Op. Cit., p. 143.

14 Op. Cit., p. 144.

Em princípio, a epistemologia de Bevir estaria muito mais próxima das teorias do conhecimento evolucionárias ou evolutivas. Mas, mesmo com relação a elas, o autor mantém distanciamento crítico. Neste caso, a interpretação paradigmática evolutiva é a teoria de Karl Popper.

A partir de *Conhecimento Objetivo*, podemos perceber que o objetivo de Popper é o de compreender o progresso do conhecimento humano através da apreensão da maneira pela qual as teorias científicas lidam com os fenômenos e, também, através do processo de falsificação ou crítica racional destas teorias. Optamos por algumas teorias e rejeitamos outras na medida em que elas aperfeiçoam nossa ação no mundo em que vivemos e a escolha entre elas somente pode ocorrer se a teoria não for blindada contra possíveis críticas. Desta maneira, só podemos escolher uma teoria científica se formos capazes de falsificá-la logicamente, “o crescimento do conhecimento marcha de velhos para novos problemas, por meio de conjecturas e refutações”¹⁵ (p. 236). Popper resume sua posição da seguinte maneira:

Tudo isto pode ser expresso dizendo que o crescimento de nosso conhecimento é o resultado de um processo estreitamente semelhante ao que Darwin chamou ‘seleção natural’; isto é, a seleção natural de hipóteses: nosso conhecimento consiste, a cada momento, daquelas hipóteses que mostraram sua aptidão (comparativa) para sobreviver até agora em sua luta pela existência, uma luta de competição que elimina aquelas hipóteses que são incapazes.¹⁶

Podemos perceber que Popper é, sem dúvidas, inspiração para Bevir. O termo ‘comparativa’ na passagem de Popper não é gratuito na argumentação de Mark Bevir. Contudo, a maneira como Popper relaciona sua teoria do conhecimento para com a noção de verdade determina a tentativa de afastamento de Bevir.

Tal como defende a epistemologia antropológica de Mark Bevir, a teoria do conhecimento de Popper possui dois problemas fundamentais. O primeiro deles diz respeito à testabilidade das teorias científicas. O conteúdo das teorias, segundo Popper, deve ser testado

15 POPPER, K. *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Edusp, 1973, p. 236.

16 Op. Cit., p. 238.

a fim de que possamos falsificá-las. Em última instância os testes são eminentemente lógicos e empíricos, e é neste sentido que Popper assume as teorias científicas como guias para a ação humana no mundo. A ação possui o poder de testar as teorias científicas questionando a correspondência da teoria com relação aos fatos no mundo. Em Popper, estes testes ocorrem individualmente, isto é, as teorias são testadas em tempos e circunstâncias próprias. Para Bevir, esta é uma vulnerabilidade lógica da teoria popperiana; as teorias científicas, e também relatos historiográficos, ao contrário devem ser testados segundo contextos mais amplos, em grandes blocos comparativos. É o que Bevir chama de holismo semântico.¹⁷

O outro problema da epistemologia evolutiva é a impossibilidade de assumir que o conteúdo de uma teoria possa ser verdadeiro. A posição evolutiva é a de que frente a um conjunto infinito de possibilidades, a teoria a que nos auxilia se nos revela um bom anteparo prático no que diz respeito à solução de problemas ou, na linguagem darwiniana, com relação a pressões seletivas. Mas aceitar a teoria como verdadeira representa um passo a que a lógica de conjecturas e refutações não permite. Popper assume que deve ser o objetivo do cientista e do historiador se aproximar o quanto puder da verdade, mas “isto não significa que possamos saber com certeza, de qualquer de nossas teorias explicativas, que ela seja verdadeira”.¹⁸

Mais uma vez, o relato cognitivo de Bevir supera em ambição. Se as teorias testadas frente a amplos contextos se nos revelam como bons guias para nossas ações, por que não aceitá-las como verdadeiras? O holismo de Bevir e sua epistemologia antropológica se apóiam na confiabilidade de nossas percepções a ponto de postularem o conhecimento justificado de um mundo de fato existente e independente de nós. A confiança de Bevir em nossas percepções excede a dos pragmáticos e a dos evolucionistas e defende que a partir desta confiança chega-se ao conhecimento objetivo e verdadeiro, seja por meio das teorias físicas seja por meio de relatos em História das Idéias. A posição do autor pode ser resumida da seguinte maneira:

Um processo de inferência à melhor explicação permite-nos, por conseguinte,

¹⁷ *A Lógica da História das Idéias*. Bauru: Edusc, 2008, p. 144.

¹⁸ POPPER, K. *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Edusp, 1973, p. 241.

conservar a nossa idéia de um mundo neutro, independente da mente. A verdade ainda pode desempenhar um papel como ideal regulador para o conhecimento humano. O êxito de nossas ações no mundo garante a exatidão geral das nossas percepções, de sorte que temos boas razões para supor que nossos critérios de comparação nos hão de levar ao conhecimento objetivo que se aproxima da verdade.¹⁹

A partir deste ponto podemos ressaltar uma insuficiência na argumentação de Bevir. Ora, sua meta inicial, como expusemos acima, era a de apresentar um relato tal do conhecimento objetivo para a História das Idéias que se afastasse de concepções empiristas, apoiadas estas em estados de percepções puras. Ocorre que Bevir, ao apelar para a confiabilidade em nossas percepções, aceita aquilo que foi rejeitado de início, as próprias percepções.

Quando Bevir assume como válida a crítica de autores como Jacques Derrida, Michel Foucault e Gadamer a teorias verificacionistas e falsificacionistas, o autor assim o faz por aceitar a vulnerabilidade de nossas percepções. Por não existirem estados perceptivos puros, Bevir abandona a possibilidade de justificação do conhecimento histórico via dados dos sentidos. Defende-se, em oposição ao empirismo lógico, uma postura que leve em conta a comparação racional entre teorias e relatos históricos. Ocorre que esta comparação racional tem por fundamento percepções das quais não se pode duvidar. Este era o teor do exemplo dos mochileiros que avistam de relance o que acreditariam ser um lobo em comparação ao dos cientistas que observaram, horas a fio, o que definitivamente acreditavam ser um lobo. Mais uma vez, estes relatos têm por motivação inicial estados sensoriais, e observações nos foram negadas como elementos de justificação epistemológica já no ponto de partida de Bevir.

A própria expressão empregada por Mark Bevir “epistemologia antropológica” clama por justificativa. Partindo do pressuposto de que a Antropologia seja uma ciência pautada por observações e inferências de caráter indutivo, o próprio adjetivo “antropológico” implica em assumir em algum nível observações empíricas como elementos constitutivos da justificação epistemológica proposta. O apelo às percepções indica uma tensão interna na argumentação de Bevir. Nossas teorias adquirem, segundo o autor, estatuto epistemológico ao se

¹⁹ *A Lógica da História das Idéias*. Bauru: Edusc, 2008, p. 146.

equipararem com percepções que nos guiam de maneira saudável e nos protegem das ameaças do mundo natural. Mas estas percepções, por mais que sejam saudáveis e nos garantam existência e sucesso reprodutivo, são ainda elas percepções e se contam como justificativa para uma teoria científica ou histórica, demandam elas justificativa epistemológica. Se as percepções nos garantem, mais do que a sobrevivência, a verdade de nossas teorias científicas e relatos históricos, esta verdade não se infere a partir da leitura do texto de Mark Bevir.

Outro problema que podemos diagnosticar na argumentação de Bevir é a assimilação da honestidade intelectual como princípio epistêmico na atividade historiográfica. Por mais que pareça razoável aceitar a honestidade intelectual como condição de possibilidade para o conhecimento objetivo, nos falta uma premissa maior que nos garanta a conclusão. Assumindo que o historiador é membro de uma comunidade de falantes imerso a uma gramática conceptual que garante sua sintaxe e sua semântica, temos que o historiador hábil e honesto durante esta imersão pode ser encarado como alguém responsável no meio, mas a verdade de suas propostas teóricas de maneira alguma é garantida por sua honestidade e habilidade. É bem verdade que o historiador desonesto, assim nos parece, se afasta com muito mais facilidade da verdade por não lidar devidamente com as críticas, mas ao historiador honesto não lhe é garantido nenhum prêmio ontológico ou epistemológico final.

Muito provavelmente, encontraríamos ecos desta questão no debate recuperado por Alberto O. Cupani. A reflexão deste autor parte das principais contribuições no debate acerca do papel dos valores morais na pesquisa científica. O centro gravitacional deste debate, por sua vez, é a pergunta sobre o peso do “ethos” para o progresso do conhecimento. Isto é, se a ciência progride de acordo com um conjunto de normas morais observadas pelos cientistas em suas atividades normais.

A exploração do debate indica a existência de uma oposição básica entre dois pólos argumentativos. Um lado desta disputa teórica é representado por autores como Robert Merton e Mario Bunge. Para eles, a ciência progride e é capaz de se aproximar do conhecimento objetivo e verdadeiro de acordo com um conjunto de regras morais, um “ethos”

científico. A oposição a eles é construída mediante os argumentos de autores como Ian Mitroff e Paul Feyerabend. Para estes autores, ao contrário, o progresso da ciência não observa a obediência cega a um conjunto de regras assumidas por pesquisadores. Diferente disto, a pesquisa progride segundo um repertório de ações em que se observa um jogo entre normas e contra-normas.

Neste caso, levando-se em conta as observações de Cupani, podemos evocar Feyerabend como uma voz de oposição ao argumento de Mark Bevir, principalmente no que diz respeito à honestidade intelectual. O teor da epistemologia anárquica de Feyerabend aponta para a relevância de procedimentos em que a honestidade intelectual estivesse em segundo plano. No texto de Cupani, o argumento de Feyerabend é resumido desta maneira:

Conforme nosso autor, a história da ciência evidencia que, assim como as regras metodológicas, as normas éticas tampouco puderam ser sempre respeitadas, e isso em benefício da própria ciência. A teimosia e a superficialidade teriam contribuído tanto quanto o espírito crítico e a seriedade para o progresso científico. E, devido à freqüente incompatibilidade de teorias rivais e à desvantagem em que se encontram as teorias novas por não serem familiares, procedimentos reputados como contrários à honestidade e à integridade profissional, tais como o uso da retórica, o doutrinamento ou a ocultação de contra-exemplos, teriam sido necessários (ou, pelo menos, sumamente úteis) na marcha da ciência.²⁰

Em Feyerabend, portanto, encontraríamos um aporte lógico para discordar de Bevir no que diz respeito à objetividade do conhecimento histórico e científico. Mesmo não querendo utilizar o argumento anárquico de Feyerabend na tentativa de endossar a desonestidade intelectual, fica claro que é possível, tanto logicamente quanto historicamente questionar se o conhecimento objetivo se apresenta inexoravelmente por meio da atividade comparativa honestamente intelectual de teorias rivais.

Estas críticas, por outro lado, não representam discordância com relação ao que Bevir apresenta. Melhor que as linguagens da atividade historiográfica sejam apreendidas e sejam respeitadas, que os desafios a elas sejam colocados sem que a lógica e o pensamento ordenado

20 CUPANI, A. O. A propósito do Ethos na Ciência. In.: *Episteme*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, 1998, p. 23.

se esvaíam. Mas não há garantias de verdades finais para quem trabalha com as críticas de maneira responsável. Lamentável, mas logicamente possível, imaginarmos um historiador das idéias se valendo de meios supostamente reprováveis se aproximando mais da verdade do que um historiador em cujo procedimento pese a honestidade estrita. A honestidade intelectual de que fala Bevir se nos parece mais como caminho prudente para a formulação de hipóteses, mas não como caminho inexorável para a verdade.

Estas críticas aos argumentos de Bevir possuem caráter cético. Simpatizamos com a maneira com que o autor coloca as questões e com o viés apontando limites práticos para o relativismo absoluto nos estudos históricos. Aceitamos a semelhança entre os procedimentos da atividade científica e a atividade de discernimento basal que nos garante a sobrevivência. Contudo, colocando esta simpatia de lado e preservando o julgamento crítico de qualquer argumento, acreditamos que o desafio filosófico instaurado pelo problema do conhecimento objetivo, a despeito da ambição de Bevir, permanece no horizonte de inquietações de quaisquer historiadores e filósofos de boa fé.

Referências

- BEVIR, M. Objectivity in History. In.: *History and Theory*, Vol. 33, No. 3 (Oct., 1994) pp.328-44.
- BEVIR, M. *A Lógica da História das Idéias*. Trad. Gilson C. Cardoso de Sousa. Bauru: Edusc, 2008.
- CUPANI, A. O. A propósito do Ethos na Ciência. In.: *Episteme*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, 1998.
- POPPER, K. *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Edusp, 1973.
- RUSSELL, B. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- SOKAL, A. *A Fashionable Nonsense. Postmodern Intellectual's Abuse of Science*. New York: Picador, 1998.